

1 INTRODUÇÃO

Esta análise tem como objetivo a apresentação de um panorama geral do mercado de trabalho brasileiro em 2015 com base, principalmente, nos indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad-C/IBGE), procurando referenciá-lo no contexto de seu desempenho nos últimos anos. Complementarmente serão utilizadas as informações da Pesquisa do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTPS).

A economia brasileira passa por um momento delicado. No ano de 2015, o produto interno bruto (PIB) caiu 3,80% em relação a 2014, a maior queda da série histórica iniciada em 1996. O PIB *per capita* recuou 4,60% em relação ao ano anterior. Esses números comprovam a tendência de enfraquecimento da atividade que já se observava na segunda metade de 2014. Por sua vez, em relação à inflação, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulou alta de 10,67% em 2015, contra 6,41% em 2014.¹ Além da queda no nível de atividade e da inflação elevada, a retração dos investimentos é também um fato relevante na medida em que aponta ser improvável uma recuperação rápida na produção de bens, podendo dificultar, portanto, uma retomada no mercado de trabalho. Além disso, o maior peso da restrição fiscal restringe sobremaneira a adoção de políticas governamentais para criar condições mais propícias para essa retomada.

2 TAXA DE ATIVIDADE E DESEMPREGO

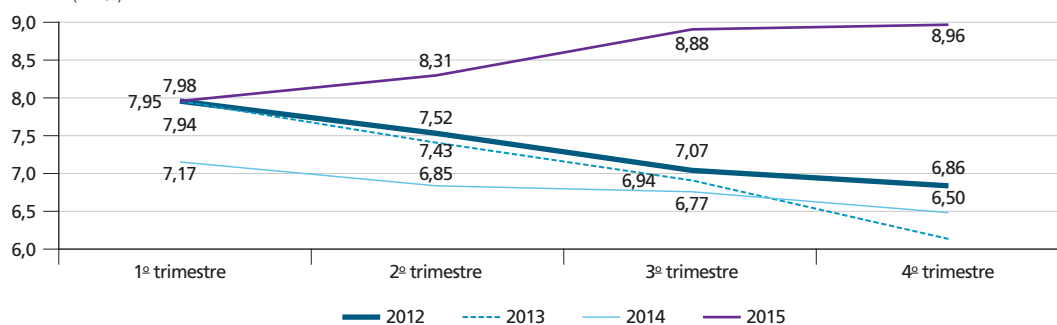
O gráfico 1 mostra a trajetória da taxa de desemprego para os anos de 2012 a 2015. Chama atenção o expressivo aumento no ano de 2015. Essa evolução destoa do verificado nos demais anos, quando o desemprego apresentou tendência de queda. O valor médio das taxas de desemprego trimestrais em 2015 foi de 8,50%, enquanto em 2014 foi de 6,80%. Vale destacar que a maior variação da taxa de desemprego ocorreu no primeiro trimestre de 2015, passando de 6,50%, no quarto trimestre de 2014, para 8%, no primeiro trimestre de 2015, um aumento de 1,5 pontos percentuais (p.p.). Nos demais trimestres de 2015 observam-se aumentos sucessivos na taxa de desemprego, de 0,4 p.p., 0,6 p.p. e 0,1 p.p. respectivamente. Essa sucessão de aumentos leva a taxa de desemprego a encerrar o ano em 9,0%, o que representa uma elevação de 2,50 p.p. em relação ao quarto trimestre de 2014. O que nos parece preocupante é o fato da diferença entre os mesmos trimestres de 2014 e 2015 estar aumentando continuamente, passando de 0,6 p.p. no primeiro trimestre para os 2,5 p.p. já mencionados anteriormente.

1. Acesse <www.ipeadata.gov.br> para obter séries históricas de indicadores macroeconômicos. Uma análise mais detida da evolução desses indicadores é feita no último número da *Carta de Conjuntura* do Ipea.

GRÁFICO 1

Taxa de desocupação

(Em %)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE.
Elaboração: Ipea.

Para entender melhor a evolução dessa taxa, é interessante desagregá-la segundo características da força de trabalho. Os resultados mais expressivos vêm das desagregações por faixa etária, grandes regiões e faixa de educação. No primeiro caso, o comportamento da faixa mais jovem, composta por indivíduos de 14 a 24 anos, contrasta com o observado para a faixa mais idosa, composta por indivíduos de 60 ou mais anos de idade. Entre os jovens, o desemprego passou de 15,30%, no quarto trimestre de 2014, para 20,90%, no quarto trimestre de 2015, o que corresponde a um aumento de 5,60 p.p., ou de 37,30%. Já entre os mais idosos, o aumento foi bem mais brando, na ordem de 0,40 p.p., com a taxa de desemprego passando de 2,10% para 2,50% nesse mesmo período.² Veremos mais adiante que, em parte, essa heterogeneidade na evolução do desemprego por grupos etários reflete movimentos heterogêneos nas respectivas taxas de participação.

No que diz respeito à desagregação por grandes regiões, há que se destacar o contraste entre o Sudeste e o norte do Brasil. Essas regiões apresentavam taxas de desemprego bem semelhantes no quarto trimestre de 2014, com 6,80% para o Norte e 6,60% para o Sudeste (no trimestre anterior as taxas eram iguais em 6,90%). Por sua vez, no quarto trimestre de 2015, as taxas passam a 8,70% e 9,60%, respectivamente. Isso gera um contraste no crescimento da taxa de desemprego em termos percentuais que vem a ser de 28,7% no Norte contra 45,2% no Sudeste.³ A evolução do desemprego mais desfavorável no Sudeste pode estar relacionada com a composição setorial do emprego haja visto que veremos mais adiante um ajuste muito forte na indústria manufatureira.

Por fim, na desagregação por educação, a evolução que sobressai é a da faixa intermediária (entre fundamental completo e médio incompleto) que registrou um crescimento de 40,40% na taxa de desemprego entre o quarto trimestre de 2014 e o mesmo trimestre de 2015, quando essa taxa passou de 8,70% para 12,20%. Em termos proporcionais, o ajuste do desemprego parece ter recaído mais nesse grupo do que no grupo menos escolarizado (fundamental incompleto), cuja taxa de desemprego aumentou em 38,20% nesse mesmo período, passando de 5,7% para 7,9%.⁴

2. Entre os adultos, a taxa de desemprego variou de 4,80% para 6,70% entre os quartos trimestres de 2014 e 2015.

3. O crescimento em termos percentuais para as demais regiões foram de 26,70% para o Nordeste, 51,30% para o Sul e 39,10% para o Centro-Oeste.

4. O grupo com nível mais alto (médio completo) de educação registra crescimento de 37,60% na taxa de desemprego.

Na comparação de taxas de desemprego para as demais desagregações entre o quarto trimestre de 2014 e o quarto trimestre de 2015, há uma tendência de se registrar um menor crescimento percentual para os grupos com mais altas taxas de desemprego. Por exemplo, as mulheres registram um aumento de 36,90% na taxa de desemprego contra um aumento de 39,20% para os homens. De forma semelhante, é registrado um aumento de 50,0% na taxa de desemprego entre os chefes de família contra 34,0% para os indivíduos que não estão nessa posição.

Em suma, temos um forte aumento na taxa de desemprego em 2015, com intensidade variada entre alguns recortes da população. Os grupos mais atingidos parecem ter sido os jovens, os moradores da região Sudeste e os indivíduos com nível intermediário de educação (que já completou o ensino fundamental, mas ainda não o médio).

O gráfico 2 ilustra a evolução da taxa de participação (ou taxa de atividade) ao longo dos anos de 2012 a 2015. A taxa média de atividade em 2015 (61,30%) ficou relativamente estável em relação a 2014 (61,0%), com um leve aumento de 0.3 p.p. Nota-se, porém, uma tendência de crescimento contínua dessa taxa ao longo do ano de 2015, variando de 60,90%, no quarto trimestre de 2014, para 61,4%, no quarto trimestre de 2015. Assim é justo dizer que houve uma pressão no desemprego vindo pelo lado da oferta de trabalho ao longo do ano de 2015.

A pergunta que surge naturalmente é se os grupos mais afetados pelo aumento no desemprego experimentaram aumentos mais pronunciados também na taxa de participação. De fato isso ocorre nos recortes de faixa etária e grandes regiões, onde o aumento da taxa de participação é mais pronunciado entre os jovens e os moradores da região Sudeste, mas não ocorre para a desagregação por grupos educacionais.

A taxa de participação dos jovens apresentou um aumento de 1,80% entre o quarto trimestre de 2014 e o mesmo trimestre de 2015. Esse resultado contrasta tanto com uma taxa de participação constante para os mais idosos como com a própria evolução da participação dos jovens nos anos anteriores, quando se verificou queda anuais em torno de 2,50%.⁵ Conforme mencionado, podemos dizer então que o maior aumento na taxa de desemprego dos jovens frente aos mais idosos pode ser creditado a um crescimento na oferta de trabalho relativa desse grupo. O mesmo vale para a região Sudeste, cujo aumento na taxa de participação foi de 1,70% entre o quarto trimestre de 2014 e o mesmo trimestre de 2015. Por outro lado, o menor crescimento relativo na taxa de desemprego da região Norte não deve ser creditado a um comportamento destoante na oferta de trabalho, haja visto que o crescimento de 1,20% na taxa de participação dessa região não é tão mais baixo que o registrado para o Sudeste, bem como está longe de ser o mais baixo entre todas as regiões. Na verdade, temos regiões que registram queda na taxa de participação, quais sejam, as regiões Centro-Oeste e Nordeste, que exibiram decréscimos de 0,30% e 0,40%, respectivamente.⁶

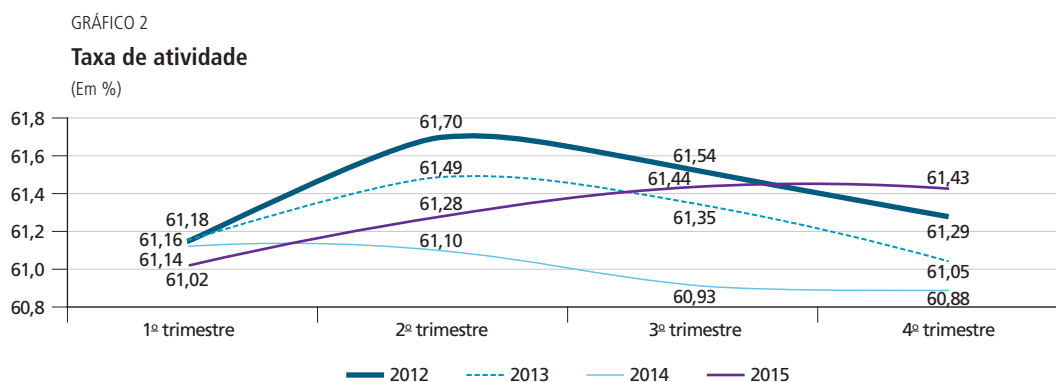
O outro grupo com aumento relativo na taxa de desemprego havia sido aquele com educação intermediária. A taxa de participação desse grupo permanece praticamente inalterada

5. Entre os adultos (25 a 59 anos), observou-se um acréscimo de 0,90% na taxa de participação entre o quarto trimestre de 2014 e o mesmo trimestre de 2015.

6. A taxa de participação aumenta em 1,40% para a região Sul.

entre o quarto trimestre de 2014 e o mesmo trimestre de 2015, passando de 57,40% para 57,50%. Para os trabalhadores com fundamental incompleto (menos escolarizados), a participação caiu de 46,40% para 46,20% nesse período, o que justifica o menor aumento relativo da taxa de desemprego desse grupo frente ao da faixa intermediária.⁷

Na desagregação por gênero, observamos uma tendência de aumento tanto para as mulheres como para os homens. Entre o quarto trimestre de 2014 e o mesmo trimestre de 2015, o aumento registrado para as mulheres, de 50,60% para 51,20%, supera o registrado para os homens cuja taxa de participação foi de 72,20% para 72,60%.



No que tange à condição no domicílio, verifica-se uma trajetória ascendente da taxa de participação dos não chefes de domicílio ao longo de 2015. A taxa de participação deste grupo variou de 55,70% no quarto trimestre de 2014, para 56,60% no quarto trimestre de 2015. Entre os chefes de domicílio, a taxa de participação permaneceu estável, tendo registrado o valor de 68,30% no último trimestre de 2015.

Em suma, o aumento na taxa de participação em 2015 parece ter sido puxado por moradores da região Sudeste, por jovens, e por indivíduos que não são chefes do domicílio que habitam. O maior aumento nos dois últimos grupos sugere um fenômeno conhecido na literatura como oferta de trabalho adicional, em que em um ambiente de forte restrição de renda no domicílio, indivíduos que estavam fora do mercado de trabalho resolvem entrar para aliviar essa restrição.

3 OCUPAÇÃO

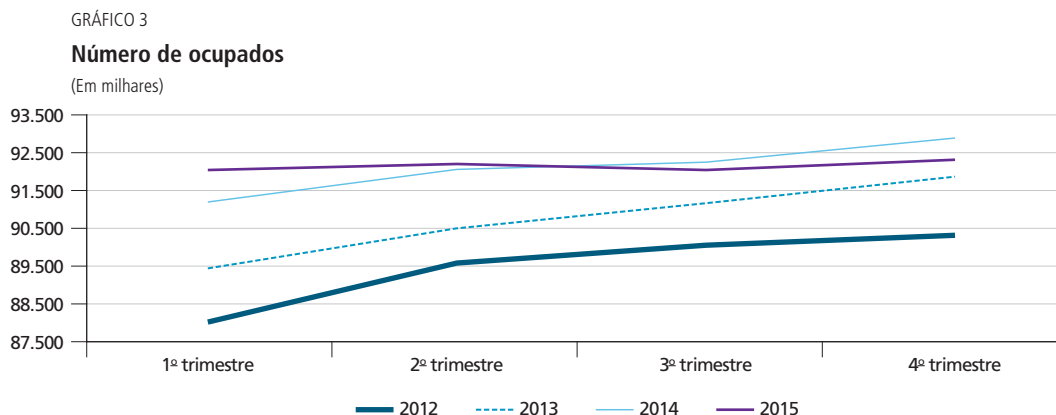
A análise da evolução da população ocupada nos últimos anos pode ser conferida no gráfico 3 a seguir. A trajetória da população ocupada ao longo de 2015, com uma relativa estabilidade do número de ocupados entre o primeiro e o quarto trimestres de 2015, difere do padrão de crescimento presente nesse período para os demais anos. Como resultado desse contraste, a população ocupada contrai em cerca de 600 mil trabalhadores entre o quarto trimestre de 2014 (92,875 milhões) e o mesmo trimestre de 2015 (92,274 milhões). Para se ter uma ideia, essa diferença de ocupados entre quartos trimestres de anos consecutivos apontava um crescimento de cerca de 1,0 e 1,5 milhão de trabalhadores de 2012 a 2013 e 2013 a 2014, respectivamente. Ou seja, tal como

7. Já para os mais escolarizados, a evolução é de 76,60% para 77,0% nesse período.

comentado para o desemprego, está havendo um processo contínuo de deterioração no que diz respeito à ocupação.

A taxa de ocupação, medida pela proporção de ocupados em relação à população em idade de trabalhar (às vezes denotada por pessoas em idade ativa – PIA), confirma essa tendência preocupante ao registrar uma queda de 1 p.p. passando de 56,90% no quarto trimestre de 2014 para 55,90% no mesmo trimestre em 2015.

Logo podemos afirmar que o aumento registrado para o desemprego em 2015 não se deve exclusivamente ao aumento na taxa de participação, mas principalmente a uma trajetória muito preocupante na geração de postos de trabalho.



A análise sobre a dinâmica da população ocupada pode ser enriquecida com os dados de fluxos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTPS). O gráfico 4 a seguir mostra o número de admissões, desligamentos e saldo agregado do emprego por trimestre para os anos de 2012 a 2015. Nele, podemos notar que durante todo o ano de 2015 o número de desligamentos ultrapassou o de admissões, tornando o saldo do emprego negativo. Para se ter uma ideia, em 2012 foram gerados 868 mil empregos celetistas. Em 2013 esse número ficou um pouco abaixo, com a geração de 730 mil empregos formais. Em 2014, o saldo de emprego reduziu significativamente, mas permanece positivo com a criação de 152,7 mil novos postos de emprego. Já em 2015, devido ao agravamento do quadro recessivo, houve destruição de 1,625 milhão de postos de trabalho formal, que é bem próximo ao que havia sido gerado nos três anos anteriores.

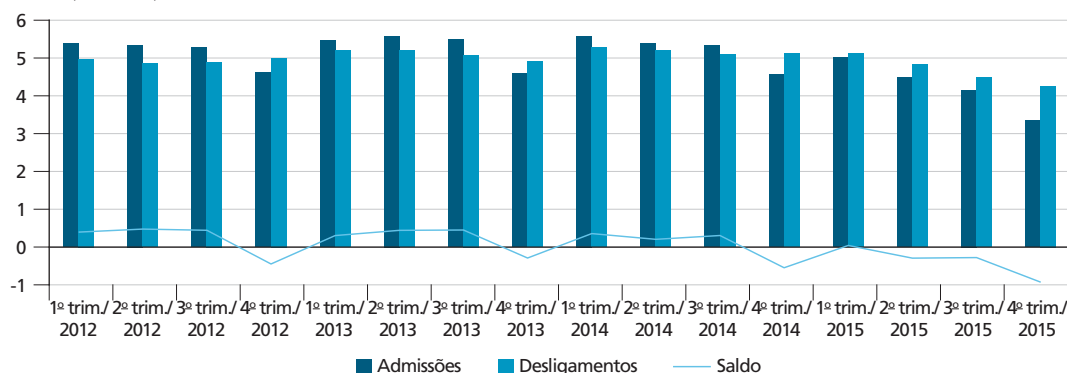
É interessante notar, entretanto, que essa mudança de sinal no padrão dos saldos entre admitidos e desligados deve-se em maior medida a uma diminuição nas contratações do que aumentos nos desligamentos. Na verdade os desligamentos também apresentam trajetória descendente. O gráfico 5 nos mostra que os desligamentos classificados como voluntários (pedidos pelo trabalhador) é o principal responsável pela queda nos desligamentos. Chama atenção a relativa estabilidade dos desligamentos involuntários no atual contexto recessivo.⁸

8. Vale dizer que no dado mensal aparece um aumento desse tipo de desligamento em dezembro. No entanto, ainda nos parece cedo para apontar qualquer tendência nesse sentido, tendo em vista a presença de fatores sazonais no último mês do ano.

GRÁFICO 4

Admissões, desligamentos e saldo trimestral do emprego formal

(Em milhões)



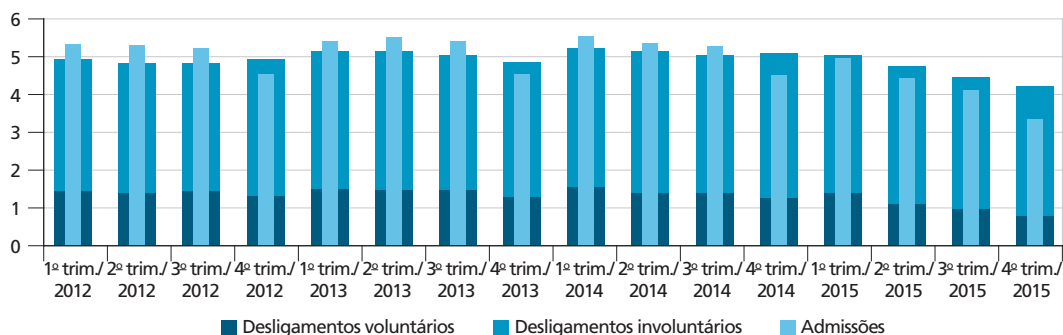
Fonte: Caged/MTPS.
Elaboração: Ipea.

O gráfico 6 apresenta as variações percentuais da população ocupada por setor de atividade entre os trimestres de 2014 e 2015. Nele, nota-se que os setores apresentaram comportamentos bem distintos. A queda está concentrada sobretudo na administração pública,⁹ que apresentou decréscimos na população ocupada em todos os trimestres de 2015, em comparação a 2014. No segundo trimestre, essa queda foi muito expressiva, de 11,50%, a maior durante todo o período observado. O setor de Construção,¹⁰ apresentou quedas sucessivas na população ocupada desde o primeiro trimestre (5,0%), até o terceiro trimestre de 2015, porém, no quarto trimestre, ocorreu uma leve recuperação, com aumento de 2,0% da população ocupada em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. O setor industrial apresentou um decréscimo maior de sua população ocupada nos dois últimos trimestres do ano, com perdas de 3,90% e 7,90% no terceiro e no quarto trimestres, respectivamente. Por sua vez, na agricultura, verificaram-se quedas sucessivas na população ocupada, na ordem de 1,50%, em média.

GRÁFICO 5

Admissões, desligamentos voluntários e involuntários do emprego formal

(Em milhões)

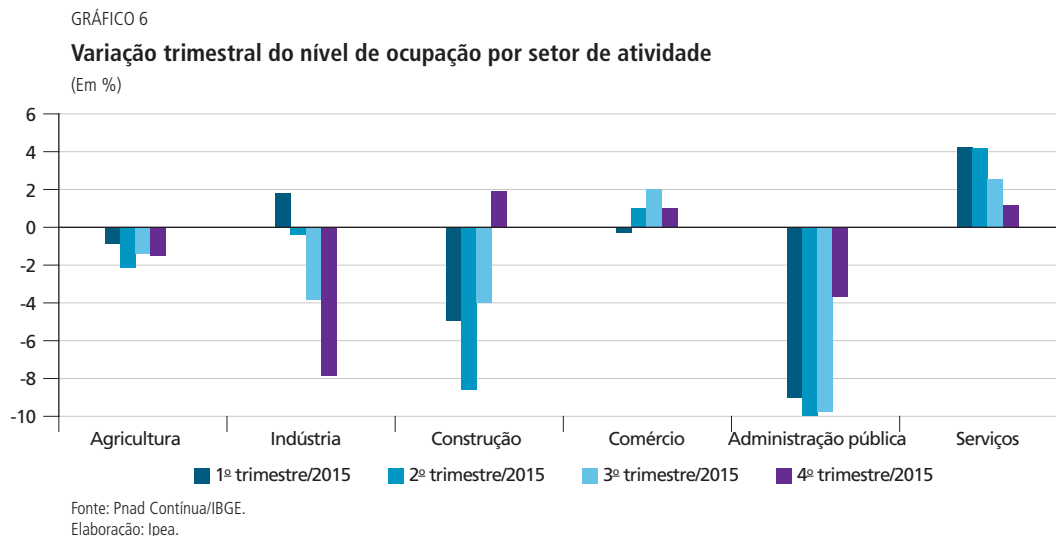


Fonte: Caged/MTPS.
Elaboração: Ipea.

9. Atividades da Administração geral (executivo, legislativo, administração tributária etc., nas três esferas de governo), regulamentação e fiscalização das atividades na área social e da vida econômica do país, atividades de defesa, justiça, relações exteriores etc. e gestão do sistema de seguridade social obrigatória.

10. Este setor compreende a construção de edifícios em geral, obras de infraestrutura e os serviços especializados para construção que fazem parte do processo de construção.

Por outro lado, o setor de Serviços¹¹ destacou-se por apresentar crescimento nos quatro trimestres analisados, 4,20%, no primeiro e no segundo trimestres de 2015, em relação ao mesmo período de 2014 e 1,2%, no último trimestre. Já o setor de Comércio,¹² apesar de registrar uma leve queda de 0,20% no primeiro trimestre, exibiu crescimento nos três trimestres consecutivos de 1,40%, em média.



Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTPS) apresentam impressões um pouco distintas das verificadas com base na Pnad Contínua.

No gráfico 7, tem-se a análise trimestral do nível de ocupação por setor de atividade em 2015. Chamam atenção as diferenças registradas para o setor de Serviços, que, diferentemente do apresentado na Pnad Contínua, apresentou variações negativas no segundo e no quarto trimestre de 2015, o que sugere um aumento do emprego informal nos serviços. O mesmo pode ser dito para o comércio nos dois primeiros trimestres de 2015, quando se observa queda no saldo de trabalhadores formais medido pelo Caged ao mesmo tempo em que a Pnad Contínua registrou um aumento percentual na população ocupada deste setor no 2º trimestre de 2015. No entanto, a partir do terceiro trimestre, as duas pesquisas apontam para uma variação positiva no número de ocupados do setor.

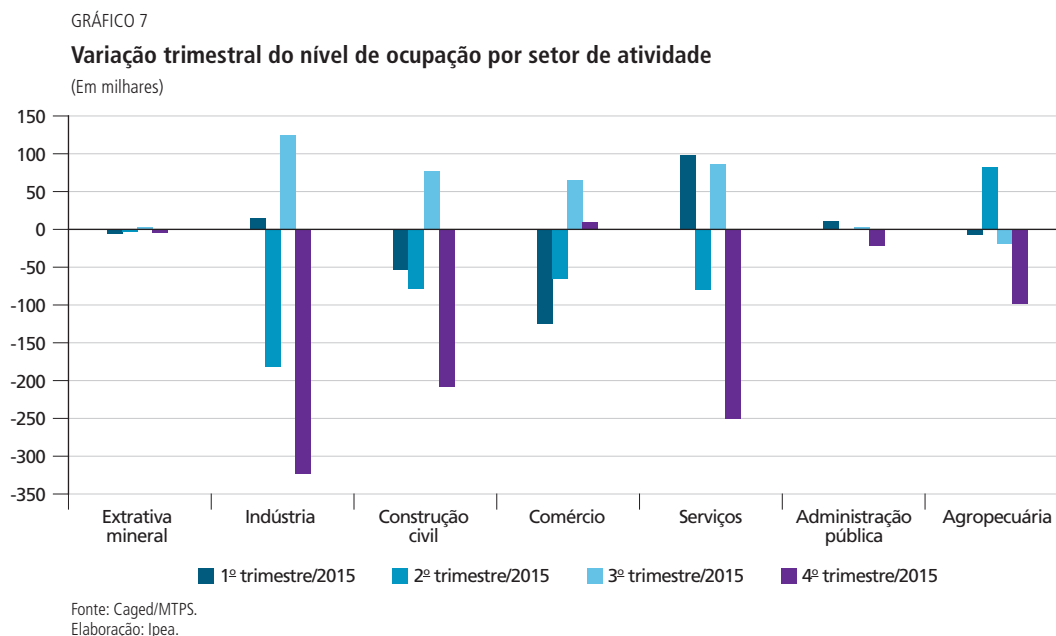
É importante frisar que há diferenças de cobertura dessas duas fontes de informação, com a cobertura do Caged restringindo-se aos trabalhadores empregados em vínculos formais regidos pela CLT. Fora isso, os dados do Caged fornecem o saldo mensal entre admissões e desligamentos dos empregados formais, o que equivale à variação absoluta no número de ocupados. Portanto, a comparação entre os dados da Pnad Contínua e

11. Neste setor estão incluídas as atividades de alojamento e alimentação, educação, saúde e serviços sociais, atividades recreativas e culturais, serviços pessoais e serviços domésticos, atividades de intermediação financeira, seguros e previdência privada, atividades imobiliárias, aluguel de veículos, máquinas e equipamentos, atividades de informática, pesquisa e desenvolvimento, atividades administrativas e organismos internacionais. Inclui também o setor de Transporte: atividades de transporte de passageiros ou mercadorias, atividades de armazenamento e carga e descarga e as atividades de correio, de malote e de entrega.

12. Compreende as atividades de compra e venda de mercadorias e também a manutenção e a reparação de veículos automotores.

do Caged será feita comparando as variações percentuais na população ocupada com variações absolutas no número de empregados formais.

Assim como a Pnad Contínua, os dados do Caged sugerem uma redução dos ocupados na Construção Civil e na Indústria,¹³ justificando classificá-los como setores mais afetados pelo atual quadro recessivo. Na Administração Pública, o Caged registrou decréscimo no saldo de ocupados no segundo e no quarto trimestre de 2015. Como esse setor possui uma baixa participação no total de ocupados (5,7% no 4º trimestre de 2015 segundo a Pnad Contínua), as variações absolutas não são tão expressivas.



4 POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E INFORMALIDADE

Analisando a evolução da população ocupada por posição na ocupação, verifica-se que os empregadores e os ocupados por conta própria registraram crescimento médio de 6,40% e 4,40%, respectivamente, no ano de 2015 em relação a 2014. Já os trabalhadores sem carteira e com carteira assinada, apresentaram decréscimos anuais de 2,30% e 1,40%, respectivamente.¹⁴

O contraste entre os resultados dos grupos dos trabalhadores protegidos (com carteira e militares ou funcionários públicos) e do grupo dos empregados sem carteira junto com os trabalhadores conta própria e não remunerados moldam a evolução do grau de informalidade. O gráfico 8 permite dizer que o nível de informalidade médio da população ocupada em 2015 ficou em 44,80%, o que representa um crescimento de 1,60% em relação a 2014. Vale destacar que a taxa de informalidade no quarto trimestre de 2015 encontra-se em um patamar superior às taxas observadas em 2014 e 2013, igualando o nível de 2012, e vem apresentando crescimento desde o 2º trimestre de 2014, quando atingiu seu menor valor (43,90%).

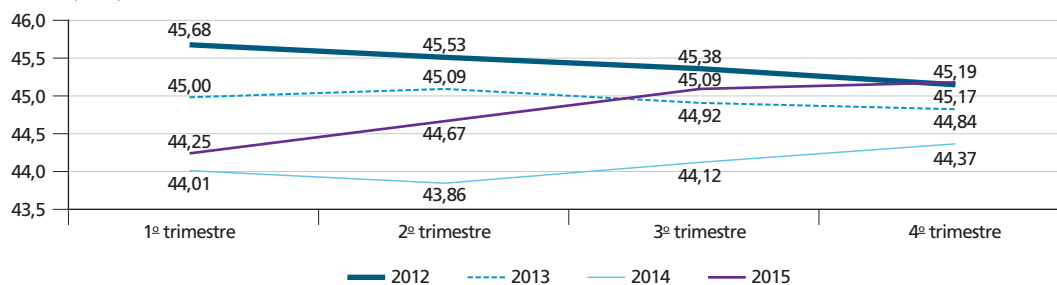
13. Inclui os setores da indústria de transformação e os serviços industriais de utilidade pública.

14. Os Militares/estatutários tiveram crescimento de 0,4% no período analisado.

GRÁFICO 8

Evolução do grau de Informalidade

(Em %)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE.
Elaboração: Ipea.

Desagregando a taxa de informalidade por sexo, nota-se um crescimento maior na taxa entre os homens (2,30%) do que entre as mulheres (0,70%), na comparação entre 2015 e 2014. No recorte por grau de instrução, todos os grupos tiveram aumento na taxa de informalidade em 2015, com os mais escolarizados (ensino médio completo) apresentando crescimento de 4,80%, seguido daqueles com ensino fundamental completo ou médio incompleto (2,10%) e, por último, o grupo com apenas o ensino fundamental incompleto (0,80%).

Ou seja, tanto os homens como os mais educados experimentaram maiores aumentos relativos na taxa de informalidade assim como haviam registrado maiores aumentos relativos na taxa de desemprego.

Com relação à taxa de informalidade por faixas de idade, os jovens apresentaram um crescimento de 2,40% na taxa e os adultos (25 a 59 anos) registraram crescimento de 1,70% no mesmo período de análise. Já os mais velhos (60 anos ou mais) apresentaram redução de 1,0% na taxa de informalidade. Ou seja, o contraste entre jovens e mais velhos apontado no desemprego também aparece na informalidade com desvantagem para os jovens em ambos os casos.¹⁵

5 RENDIMENTO E MASSA SALARIAL

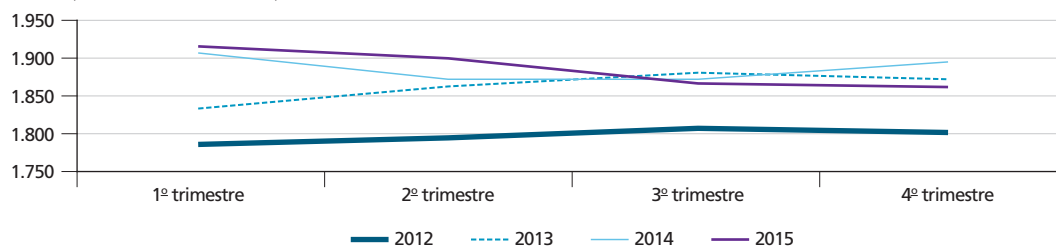
A média do rendimento do trabalho principal apresentou uma redução do 1º ao 4º trimestre de 2015, passando de R\$ 1.915,00 para R\$ 1.863,00 (em R\$ de novembro/2015). Na média anual de 2015, o rendimento médio real habitualmente recebido ficou em R\$ 1.887,00, um valor praticamente igual ao registrado na média de 2014, de R\$ 1.888,00. No entanto, como mostra o gráfico 9, somente nos dois primeiros trimestres de 2015, o rendimento médio real ficou acima do observado no ano anterior. No terceiro trimestre e no quarto trimestre de 2015, ocorrem duas quedas sucessivas, de 1,70% e 0,30%, respectivamente no rendimento médio real. Com isso, o valor dos rendimentos no último trimestre de 2015 tornou-se inferior ao observado no mesmo trimestre em 2014 e até mesmo em 2013.

15. Em todas as regiões observou-se uma elevação na taxa de informalidade na média de 2015 em relação a 2014. Esse aumento foi maior para o Sudeste (2,54%), seguido das regiões Norte (2,11%) e Sul (2,06%). No Centro-Oeste, o aumento da informalidade foi mais suave (1,37%), e no Nordeste o valor médio em 2015 foi praticamente igual ao de 2014, com uma leve alta de 0,23%. Em relação à condição no domicílio, no grupo de chefes de domicílio verificou-se um aumento de 1,46% na taxa de informalidade comparado ao aumento de 1,75% para os não chefes, no mesmo período.

GRÁFICO 9

Rendimento médio real habitual no trabalho principal

(Em R\$ de novembro de 2015)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE.
Elaboração: Ipea.
Obs.: Corrigido pelo IPCA-15.

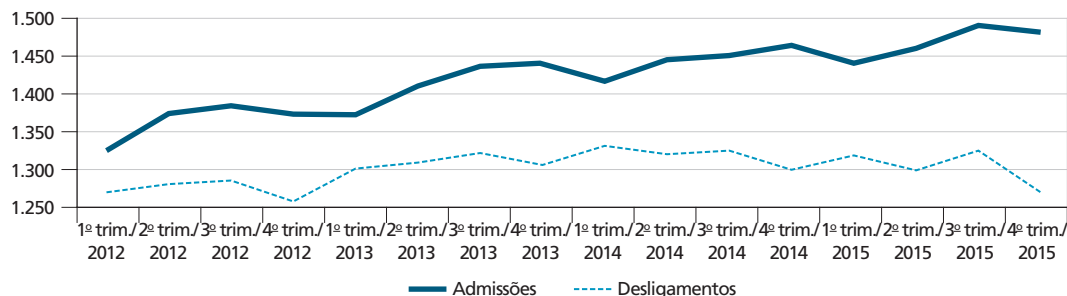
A queda no rendimento médio pode ser explicada por mudanças na composição dos empregados, na medida em que aumente o peso relativo de trabalhadores que tendem a ter menores salários. Por exemplo, uma parte da diminuição registrada na média dos rendimentos pode ser creditada ao aumento da informalidade; uma vez que a remuneração tende a ser mais baixa nesse tipo de posto de trabalho.

De forma complementar, é possível que, mesmo dentro de cada um desses grupos de trabalhadores, a rotatividade contribua para uma redução da remuneração. O gráfico 10 deixa claro que esse é o caso no setor formal, no qual se pode medir pelo Caged o salário de contratação e de desligamento. É nítido que o salário dos contratados é cada vez mais baixo que o salário dos que são desligados, com a diferença tendo chegado a 16,60% no último trimestre de 2015.

GRÁFICO 10

Média trimestral do rendimento de admitidos e desligados

(Em R\$ de novembro de 2015)

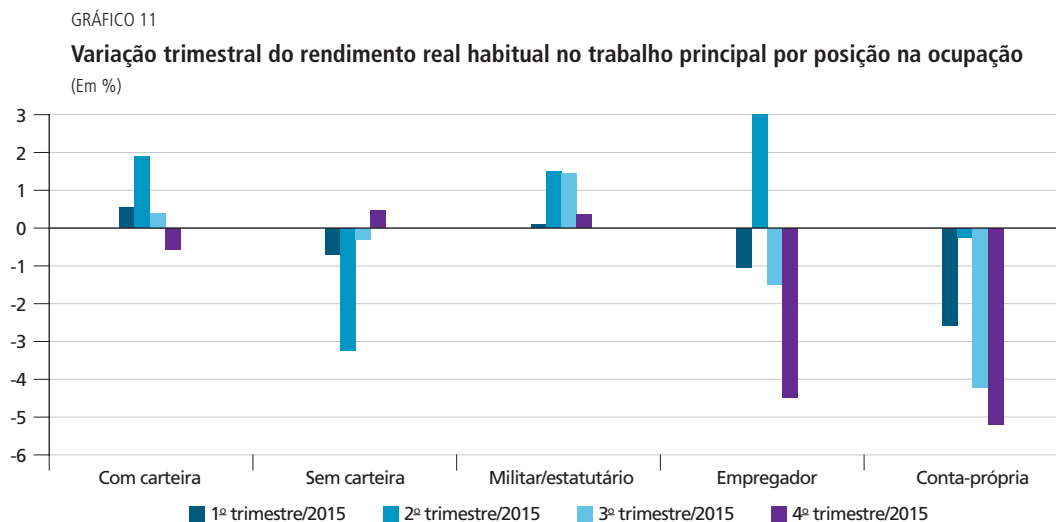


Fonte: Caged/MTPS.
Elaboração: Ipea.

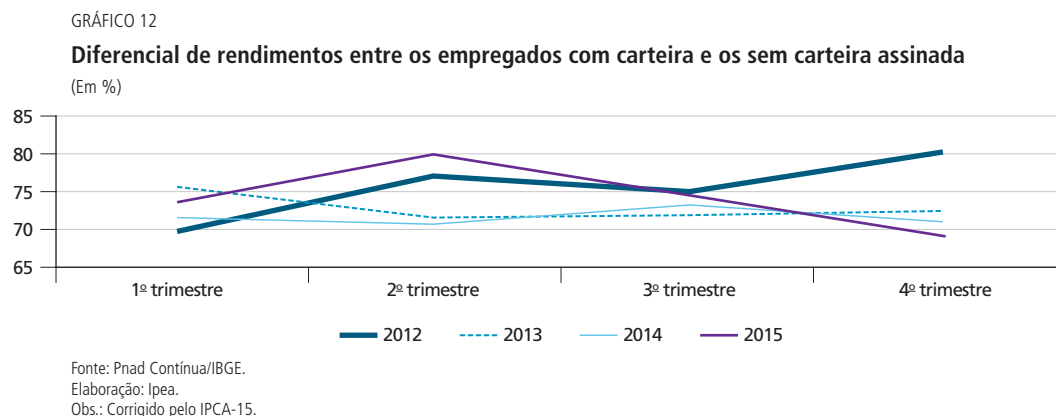
Na desagregação dos rendimentos dos ocupados por nível de instrução, nota-se uma diminuição nos rendimentos dos menos escolarizados (queda de 3,50% para aqueles com ensino fundamental completo e médio incompleto e queda de 2,70% para ocupados com o ensino fundamental incompleto) e estabilidade no rendimento dos ocupados mais escolarizados, com pelo menos o ensino médio completo entre 2014 e 2015. Na repartição por sexo, as mulheres apresentaram crescimento de 1,20% no rendimento médio real, enquanto para os homens houve um declínio de 0,60% no mesmo período.

Em relação à faixa etária, os jovens apresentaram a maior queda no rendimento real em 2015, de 2,30%. Já os adultos registraram uma queda mais suave, de 0,40% e os mais velhos (60 anos ou mais) apresentaram estabilidade em relação à média de 2014.

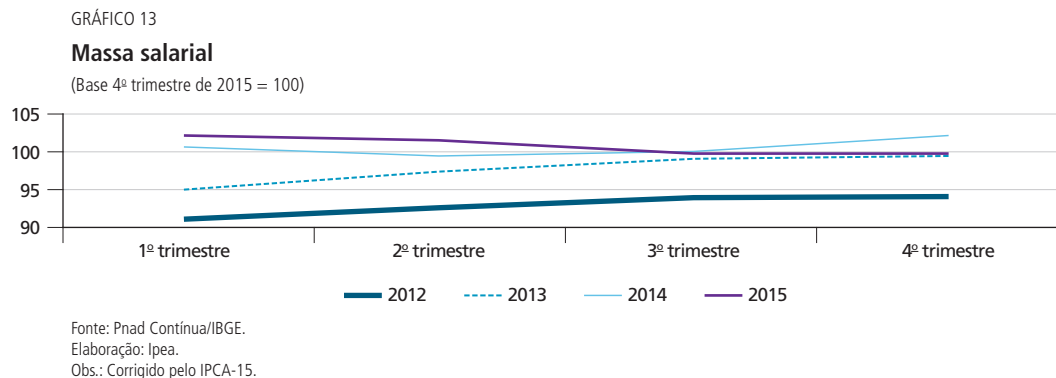
O gráfico 11 exibe a variação trimestral dos rendimentos em cada posição na ocupação ao longo de 2015. Nota-se que o grupo de trabalhadores por conta própria apresentou retração dos rendimentos ao longo de todo o ano, com uma queda salarial de 5,20% no quarto trimestre, a maior do período. Os trabalhadores sem carteira também sofreram perdas salariais, com exceção do quarto trimestre, em que se verifica um leve aumento real de 0,50%, no rendimento médio.



Na outra ponta, os trabalhadores com carteira assinada mantiveram um crescimento real dos rendimentos até o 3º trimestre de 2015, quando então se observa um decréscimo de 0,60%. Como consequência dessa trajetória, o diferencial de salários entre os empregados com e sem carteira aumentou nos dois primeiros trimestres de 2015, aproximando-se do valor máximo da série, de 80,0%, como mostra o gráfico 12.



A combinação de queda no rendimento médio e na taxa de ocupação reflete-se na massa salarial. O gráfico 13 mostra a evolução desse indicador nos últimos anos. A variação da massa salarial foi negativa em 2,0% no quarto trimestre de 2015 em relação ao mesmo período de 2014. Na comparação entre as médias anuais, a massa salarial ficou estável entre 2014 e 2015.



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, procuramos analisar os dados da Pnad contínua, com cobertura nacional, para traçar um diagnóstico da evolução recente do mercado de trabalho brasileiro, sobretudo no ano de 2015. Em termos agregados, os principais indicadores do mercado de trabalho brasileiro apontam um quadro preocupante. A taxa de desemprego registrou um crescimento expressivo em 2015, sendo acompanhada de deteriorações também nos rendimentos e na informalidade, ainda que em menor intensidade nesses dois últimos indicadores. Ou seja, do ponto de vista quantitativo, a geração de postos de trabalho diminuiu, bem como a qualidade dos postos tem piorado nos últimos meses, ao menos nas dimensões captadas pelo rendimento e pela informalidade. Mais grave, não parece haver indícios de que o processo esteja perdendo fôlego, de modo a oferecer perspectiva de reversão de tendência no futuro imediato.

Vale notar também o movimento de subida na taxa de participação que aparece de forma mais pronunciada entre os indivíduos que não são chefes de família, entre eles os jovens. Esse último grupo por sinal apresenta sintomas mais marcantes de deterioração no que diz respeito à situação no mercado de trabalho, considerando-se as tendências ascendentes com intensidades destacadas no desemprego e na informalidade.